

1.20

o, por maioria e em minuta, com o voto do Sr. Presidente, com a abstenção do Grupo da AD - Polígono PSD/CDS e da Vereadora do Grupo de Cidadãos Eleitores "Pela nossa Terra" aprovar os documentos, sem como submetidos à apreciação e votação do órgão deliberativo, nos termos de alínea d) nos, artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31.08, na sua actual redacção



[Handwritten signature]
ferr
S.
ferr
ferr
ferr
ferr



**RELATÓRIO DE CONTAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
2025**

Índice

Balanço Individual a 31 de dezembro de 2025.....	5
Demonstração Individual dos Resultados por Natureza do período findo a 31 de dezembro de 2025	6
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2024.....	7
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2025.....	7
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa para o Período Findo em 31 de dezembro de 2025	8
Anexo às Demonstrações Financeiras	9
1. Identificação da entidade e período de relato.....	9
1.1 Designação da entidade	9
1.2 Sede.....	9
1.3 Natureza da atividade	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	10
3. Principais políticas contabilísticas.....	10
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	10
3.1.1 Ativos fixos tangíveis	10
3.1.2 Locações	11
3.1.3 Ativos intangíveis.....	11
3.1.4 Outros investimentos financeiros.....	12
3.1.5 Clientes e outros créditos a receber	12
3.1.6 Estados e outros entes públicos.....	13
3.1.7 Acréscimos e diferimentos.....	13
3.1.8 Caixa e depósitos bancários.....	13
3.1.9 Capital subscrito	14
3.1.10 Reserva legal.....	14
3.1.11 Outras reservas	14
3.1.12 Resultados transitados	14
3.1.13 Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	15
3.1.14 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15
3.1.15 Matérias ambientais.....	16
3.1.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	16
3.1.17 Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar.....	17
3.1.18 Rédito	17
3.1.19 Subsídios atribuídos	18

3.1.20 Benefícios dos empregados	18
3.1.21 Imposto sobre o rendimento do período	19
3.1.22 Eventos Subsequentes	20
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	20
3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.....	21
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	21
4. Fluxos de caixa	21
4.1 Comentário da gerência/administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	21
4.2 Desagregação dos valores inscritos da rubrica de caixa e em depósitos bancários e equivalentes de caixa.....	22
5. Partes relacionadas.....	22
5.1 Relacionamentos com a empresa-mãe.....	22
6. Ativos fixos tangíveis	22
6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.....	22
6.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas.....	23
7. Ativos intangíveis.....	23
7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:	23
8. Outros investimentos financeiros	24
9. Clientes	24
10. Estado e outros entes públicos	25
11. Diferimentos	25
12. Capital próprio	25
12.1 Capital subscrito.....	25
12.2 Resultados transitados.....	26
13. Matérias ambientais	26
14. Financiamentos obtidos.....	26
15. Outras dívidas a pagar	27
16. Fornecedores	27
17. Vendas, prestação de serviços e réditos.....	27
18. Subsídios à exploração	28
19. Fornecimentos e serviços externos.....	28
20. Gastos com pessoal.....	29
21. Outros rendimentos	29
22. Outros gastos	29
23. Juros e rendimentos similares obtidos	30

Handwritten notes and signatures:
- Top right: a blue scribble.
- Below it: "fate" in blue ink.
- Below "fate": a blue signature.
- Below the signature: "JCA" in blue ink.
- Below "JCA": a blue signature.
- Below the signature: "diferimentos" in blue ink.
- Below "diferimentos": a blue signature.

24. Juros e rendimentos similares suportados	30
25. Acontecimentos após a data do balanço.....	30
25.1 Autorização para emissão.....	30
25.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço	30
26. Divulgações exigidas por diplomas legais.....	30
27. Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2020, de 2 de junho	31
27.1 Honorários do Revisor Oficial de Contas	31
28. Termo de responsabilidade	31

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials and a signature below it.]

Balanço Individual a 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Período	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	53 189,72	53 187,62
Outros investimentos financeiros	8	1 766,30	1 766,30
		54 956,02	54 953,92
Ativo corrente			
Clientes	9	44 137,24	53 885,05
Estado e outros entes públicos	10	1 382,46	1 193,86
Diferimentos	11	2 292,92	968,03
Ativos financeiros detidos para negociação	17	1 000,00	-
Outros ativos correntes		-	68,56
Caixa e depósitos bancários	4.2	40 811,41	50 324,84
		89 624,03	106 440,34
Total do ativo		144 580,05	161 394,26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	12.1	50 000,00	50 000,00
Resultados transitados	12.2	21 303,95	20 303,95
Resultado líquido do período		-84 433,46	-35 591,89
Total do capital próprio		-13 129,51	34 712,06
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	-	9 259,32
Outras dívidas a pagar	15	33 970,05	31 188,52
		33 970,05	40 447,84
Passivo corrente			
Fornecedores	16	114 401,56	78 371,54
Estado e outros entes públicos	10	5 634,23	7 862,82
Financiamentos obtidos	14	3 703,72	-
		123 739,51	86 234,36
Total do passivo		157 709,56	126 682,20
Total do capital próprio e do passivo		144 580,05	161 394,26

Conselho de Administração / Gerência

Contabilista Certificado

Marta L. B. M. M. M. M.

José Mesquita

Luís Miguel José de Deus

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza do período findo a 31 de dezembro de 2025

Autentic:

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	18	114 445,16	132 573,17
Subsídios à exploração	19	108 000,00	108 000,00
Fornecimentos e serviços externos	20	-99 099,70	-78 234,23
Gastos com pessoal	21	-189 442,60	-174 668,55
Outros rendimentos	22	0,27	0,02
Outros gastos	23	-7 633,73	-11 017,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-73 730,60	-23 336,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.2	-10 439,74	-11 586,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-84 170,34	-34 923,48
Juros e rendimentos similares obtidos	24	50,83	-
Juros e gastos similares suportados	25	-313,95	-671,41
Resultado antes de impostos		-84 433,46	-35 594,89
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		-84 433,46	-35 594,89

Conselho de Administração / Gerência

Contabilista Certificado

Marta de Jesus Martins

João Carlos do Rê

do Rê igual de quem não tem.



Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2024

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Descrição Período de 2024	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital			
	Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	50 000,00	1 557,88	16 162,96	67 720,84
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	18 746,07	(16 162,96)	2 583,11
	-	18 746,07	(16 162,96)	2 583,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	(35 591,89)	(35 591,89)
RESULTADO INTEGRAL	-	18 746,07	(51 754,85)	(33 008,78)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	50 000,00	20 303,95	(35 591,89)	34 712,06

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2025

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Descrição Período de 2025	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital			
	Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	50 000,00	20 303,95	(35 591,89)	34 712,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Cobertura de prejuízos	-	35 591,89	-	35 591,89
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	(34 591,89)	35 591,89	1 000,00
	-	1 000,00	35 591,89	36 591,89
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			(84 433,46)	(84 433,46)
RESULTADO INTEGRAL				-
	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	50 000,00	21 303,95	(84 433,46)	(13 129,51)

Conselho de Administração / Gerência

Marta Mipa Martins

João António de Sá

Luís Miguel de Jesus António Pereira

Contabilista Certificado

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa para o Período Findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	159 169,01	159 901,90
Pagamentos a fornecedores	-105 009,07	-95 707,22
Pagamentos ao pessoal	-131 585,02	-141 546,53
Caixa gerada pelas operações	-77 425,08	-77 351,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	38 189,31	64 710,26
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-39 235,77	-12 641,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Cobertura de prejuízos	35 591,89	-
	35 591,89	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-5 555,60	-5 555,56
Juros e gastos similares	-313,95	-671,41
	-5 869,55	-6 226,97
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	29 722,34	-6 226,97
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	-9 513,43	-18 868,56
Caixa e seus equivalentes no início do período	50 324,84	69 193,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	40 811,41	50 324,84

Conselho de Administração / Gerência

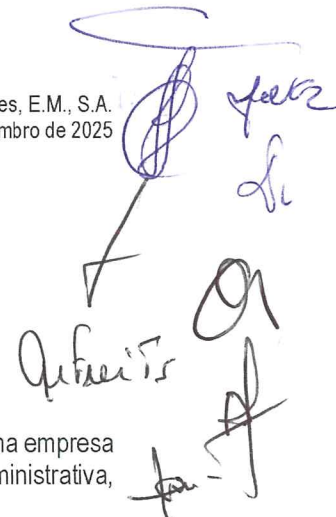
Contabilista Certificado

Manuel Afonso Monteiro

Jose Urbano de

dos Registos de Zona Não Comercial





Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

A Empresa Carne de Vinhais - Sociedade De Abate e Transformação de Carnes, E.M, SA, é uma empresa municipal, de capitais públicos, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial tendo sido transformada em 14-06-2019.

1.2 Sede

A sede da entidade é na Zona Industrial de Vinhais.

1.3 Natureza da atividade

A Empresa tem como atividade principal o abate de gado.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2020 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2020, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2020, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2020, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2020, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2020, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas, tendo por base o referido na nota 3.1.18.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 20	5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

A Empresa revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo fixo tangível, e a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, sendo que os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

3.1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo), tendo por base o referido na nota 3.1.18.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos.

A Empresa efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indefinida, testes de imparidade sempre que existam indícios de forma a comparar a sua quantia recuperável com a quantia escriturada. A Empresa revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam numa avaliação de vida útil indefinida para esse ativo se mantêm. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.4 Outros investimentos financeiros

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Sempre que existam rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) os mesmos são registados na demonstração dos resultados.

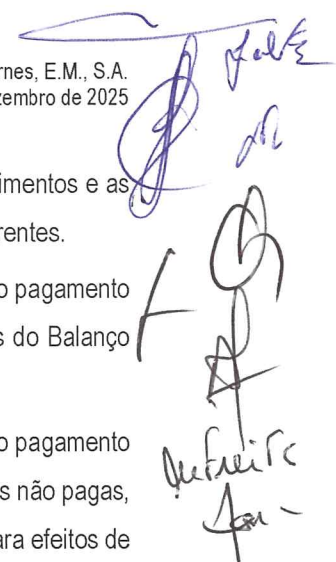
3.1.5 Clientes e outros créditos a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como



gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do Balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos Clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar a Empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no Balanço e o risco de incobabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

Neste caso, os valores recebidos da empresa de factoring são reconhecidos na rubrica “Financiamentos obtidos”, assim como, caso exista, as letras descontadas e não vencidas.

3.1.6 Estados e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.1.7 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber e Outras dividas a pagar” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

3.1.8 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros

instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.1.9 Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 199 (Sociedades por quotas) e art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (quota ou ação) e os seus respetivos titulares. A parte do capital subscrito, mas ainda por realizar encontra-se registado na rubrica do ativo “Capital subscrito e não realizado” (nota 3.1.12).

3.1.10 Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

3.1.11 Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas nos termos dos anterior referencial contabilístico e as efetuadas na data de transição, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica Excedentes de Revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

Acresce que, as reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

3.1.12 Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
- Top right: A large scribble and the word "pelo".
- Middle right: A circular scribble.
- Bottom right: The word "Quintais" written vertically, with a horizontal line below it.

3.1.13 Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia o seguinte:

- Ajustamentos decorrentes, designadamente, da utilização do método da equivalência patrimonial em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas.
- As diferenças de câmbio derivadas da transposição de uma unidade operacional estrangeira (nos termos da NCRF 23 - Os efeitos de alterações em taxas de câmbio). A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro. Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas no MEP (contas individuais) sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de à data de cada balanço:
 - Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de fecho;
 - Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação, ou na sua falta ao câmbio médio;
 - O capital social ao câmbio histórico.
 - Os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a rubrica 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 5932 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outros Dividas a Pagar – não corrente). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 5932 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dividas a pagar – não corrente.

3.1.14 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.15 Matérias ambientais

As Entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção dos solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas portuguesas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros, devem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura dessas responsabilidades, designadamente através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias, participação em fundos ambientais ou a constituição de fundos próprios, sem que tenham sido ainda definidos legalmente os valores mínimos dessas garantias.

3.1.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;

- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.1.17 Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

3.1.18 Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis,

Feb 25
dp

o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.1.19 Subsídios atribuídos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica “Outras dívidas a pagar – não corrente” e um débito na rubrica “Outras variações em capitais próprios”. Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica “Outras dívidas a pagar – não corrente”

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.1.20 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and the word "Deputado" written vertically on the right side.]

aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.21 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2017 a 2021 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.1.22 Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais, quando existem, são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 incluem por exemplo, a estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1 Comentário da gerência/administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word "férias" and a signature that appears to be "Duarte".

4.2 Desagregação dos valores inscritos da rubrica de caixa e em depósitos bancários e equivalentes de caixa

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	4 115,81	1 748,34
Depósitos à ordem	36 695,60	48 576,50
Total de caixa e depósitos bancários	40 811,41	50 324,84

5. Partes relacionadas

5.1 Relacionamentos com a empresa-mãe

O único acionista da Empresa é o município de Vinhais.



6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo ou modelo de revalorização)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou método degressivo)	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)
Edifícios e outras construções	243 192,67 €	Método da linha reta	2 - 50
Equipamento básico	565 055,30 €	Método da linha reta	2 - 8
Equipamento de transporte	79 436,01 €	Método da linha reta	4 - 8
Equipamento administrativo	4 853,45 €	Método da linha reta	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	3 410,45 €	Método da linha reta	7 - 8

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Handwritten notes and signatures:
 - Top right: "plc" and a signature.
 - Middle right: "A" and a signature.
 - Bottom right: "Dejeito" and a signature.

2024							
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2024	1 927,96	192 720,35	552 966,84	78 239,78	4 853,45	3 410,45	834 118,83
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	1 927,96	192 720,35	552 966,84	78 239,78	4 853,45	3 410,45	834 118,83
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2024	1 927,96	186 755,37	547 874,41	77 075,93	4 853,45	3 410,45	821 897,57
Adições	-	5 964,98	5 049,83	571,73	-	-	11 586,54
Saldo em 31.12.2024	1 927,96	192 720,35	552 924,24	77 647,66	4 853,45	3 410,45	833 484,11
2025							
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2025	6 428,66	241 192,67	563 568,75	79 436,01	4 853,45	3 410,45	898 899,99
Adições	-	2 000,00	1 486,55	-	-	-	3 486,55
Em curso	-	-	6 955,29	-	-	-	6 955,29
Saldo em 31.12.2025	6 428,66	243 192,67	572 010,59	79 436,01	4 853,45	3 410,45	909 331,83
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2025	1 927,96	198 685,33	558 016,67	78 808,51	4 853,45	3 410,45	845 702,37
Adições	-	5 998,31	4 127,67	313,76	-	-	10 439,74
Saldo em 31.12.2025	1 927,96	204 683,64	562 144,34	79 122,27	4 853,45	3 410,45	856 142,11
Quantia escriturada	4 500,70	38 509,03	9 886,25	313,74	-	-	53 189,72

6.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do período		Depreciações acumuladas	
	2025	2024	2025	2024
Terrenos e recursos naturais			1 927,96	1 927,96
Edifícios e outras construções	5 998,31	5 964,98	204 683,64	198 685,33
Equipamento básico	4 127,67	5 049,83	562 144,34	558 016,67
Equipamento de transporte	313,76	571,73	79 122,27	78 808,51
Equipamento administrativo	0,00	0,00	4 853,45	4 853,45
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	3 410,45	3 410,45
Total	10 439,74	11 586,54	856 142,11	845 702,37

7. Ativos intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

Período findo a 31 de dezembro de 2025:

2025		
Descrição	Projetos de desenvolvimento	Total
Quantia escriturada bruta		
Saldo em 01.01.2025	26 121,20	26 121,20
Saldo em 31.12.2025	26 121,20	26 121,20
Amortizações acumuladas		
Saldo em 01.01.2025	26 121,20	26 121,20
Saldo em 31.12.2025	26 121,20	26 121,20

8. Outros investimentos financeiros

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo inicial em 01.01.2025	Aumentos		Diminuições			Saldo inicial em 01.01.2024
		Aquisições	Total dos aumentos	Alienações e/ou Imparidades	Variações de justo valor	Total dos diminuições	
Valorização pelo modelo do custo:							
FCT	766,30	-	-	-	-	-	766,30
Crédito Agrícola Trás-os-Montes e Alto Douro	1 000,00	-	-	-	-	-	1 000,00
Total	1 766,30	-	-	-	-	-	1 766,30

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A lei nº 70/7013 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e outros. A presente lei é aplicável às relações de trabalho reguladas pelo código do trabalho, e aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência a antiguidade, contada a partir do momento da execução dos mesmos contratos, excluindo os de curta duração e trabalho temporário, bem como os trabalhadores que exercem funções públicas, incluindo os institutos públicos de regime especial.

O FCT é financiado pelas entregas mensais efetuadas pelas entidades empregadoras abrangidas pelo âmbito do regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto. O dinheiro proveniente das entregas mensais das entidades empregadoras integra o património de um fundo – o Fundo de Compensação do Trabalho – gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS, IP. As entregas são convertidas em unidades de participação do fundo e integradas em contas individuais referenciadas aos trabalhadores da entidade empregadora abrangidos pelo âmbito do regime na proporção das entregas realizadas por conta de cada trabalhador. A obrigatoriedade de contribuição para este fundo caiu em 2023, pelo que, o valor que consta nesta rubrica poderá ser resgatado em caso de saída do colaborador abrangido pelo mesmo e/ou para formação ministrada aos colaboradores abrangidos.

9. Clientes

Os clientes, a 31 de dezembro de 2025, deviam à Empresa as seguintes quantias:

Clientes	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Clientes c/c	44 137,24	53 187,62
Total líquido de clientes	44 137,24	53 187,62

Handwritten notes and signatures:
 22
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

10. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro a rubrica de Estado e outros entes públicos, decompunha-se da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2025	31/12/2024
	Corrente	Corrente
Ativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado	1 369,75	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	12,71	1 193,86
Total ativo	1 382,46	1 193,86
Passivo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	209,00	191,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	-	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	2 151,31
Contribuições para a segurança social	2 267,57	2 362,85
Comparticipações para o FCT e FGCT	66,75	66,75
Outros (Taxas Sirca)	3 090,91	3 090,91
Total do passivo	5 634,23	7 862,82

11. Diferimentos

A rubrica de diferimentos reflete as quantias liquidadas em 2025, contudo, que só refletem gastos de 2026. Estes valores são referentes aos seguros pagos antecipadamente.

Diferimentos	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	2 292,92	968,03
Total	2 292,92	968,03

12. Capital próprio

12.1 Capital subscrito

A 31 de dezembro de 2025 a Empresa detinha um capital social totalmente subscrito e realizado de 50.000,00 Euros.

12.2 Resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados transitados	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 01.01.	20 303,95	1 557,88
Aumentos do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	-35 591,89	16 163
Cobertura de prejuízos	35 591,89	-
Outras	1 000,00	2 583,11
Total dos aumentos do período	1 000,00	18 746,07
Diminuições do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	-	-
Outras	-	-
Total das diminuições do período	-	-
Saldo em 31.12.	21 303,95	20 303,95

13. Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, tendo incorrido em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações, não existindo passivos efetivos ou contingentes de carácter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a cautelar por vias de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer ajustamentos de valor.

14. Financiamentos obtidos

No decorrer do ano de 2025, o empréstimo bancário existente junto da CGD – Caixa Geral de Depósitos, foi liquidada na quantia de 5.555,60€, encontrando-se ainda a dívida o valor do quadro abaixo. Este empréstimo termina em agosto de 2026.

RUBRICAS	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
	Não corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	3 703,72	9 259,32
Totais	3 703,72	9 259,32

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and another at the bottom right.

15. Outras dívidas a pagar

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	Periodos			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento	8 610,00	-	8 610,00	-
Pessoal	-18,13	-	-	-
Remunerações a liquidar (previsões)	-	25 378,18	-	22 578,52
Totais	8 591,87	25 378,18	8 610,00	22 578,52

16. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2025, o valor em aberto de fornecedores eram como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores c/c	114 809,69	78 371,54
Adiantamento a Fornecedores	-408,13	-
Totais	114 401,56	78 371,54

17. Ativos financeiros detidos para negociação

A 31 de dezembro de 2025 esta rubrica tem a seguinte composição, referente à subscrição de títulos junto da CCAM:

Ativos financeiros detidos para negociação	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Outros ativos detidos para negociação	1 000,00	-
Total	1 000,00	-

18. Vendas, prestação de serviços e réditos

A rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	31/12/2025		31/12/2024	
	Mercado interno	Total	Mercado interno	Total
Prestação de serviços	114 445,16	114 445,16	132 576,17	75 522,25
Volume de negócios	114 445,16	114 445,16	132 576,17	132 576,17

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Vendas - são reconhecidas na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a

years
dl

transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

19. Subsídios à exploração

No decorrer do exercício económico a Empresa recebeu, a título de subsídios, as seguintes quantias, subsidiadas pelo Município de Vinhais.

Descrição	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Município de Vinhais	108 000,00	108 000,00
Total	108 000,00	108 000,00

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração, ou no âmbito de programas de formação profissional) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados (em função dos gastos incorridos, e as condições contratadas), independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

20. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhos especializados	22 618,94	16 474,34
Vigilância e segurança	1 586,71	98,81
Conservação e reparação	23 702,49	15 039,18
Serviços bancários	219,80	358,28
Materiais	8 681,06	6 192,97
Energia e fluídos	24 661,87	23 892,90
Deslocações e estadas	616,60	873,00
Serviços diversos	17 012,23	15 304,75
Total	99 099,70	78 234,23

Handwritten notes and signatures:
 - Top right: "efabre" (handwritten)
 - Middle right: "sh" (handwritten)
 - Bottom right: "J. Freitas" (handwritten signature)
 - A large circular stamp or scribble is present near the top right.

21. Gastos com pessoal

Em 2025 os custos com pessoal totalizavam, a 31 de dezembro, o valor de 189.442,60€, desagregados da seguinte forma:

RUBRICAS	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do pessoal	151 136,50	139 789,42
Benefícios pós - emprego	485,59	473,28
Encargos sobre remunerações	32 221,19	29 453,96
Seguros	4 667,18	4 064,27
Outros gastos com pessoal	932,14	877,62
Total	189 442,60	174 658,55

22. Outros rendimentos

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, apresentava a seguinte composição:

RUBRICAS	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,10	0,01
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Excesso da estimativa para impostos	-	-
Outros	0,17	0,01
Total	0,27	0,02

23. Outros gastos

A decomposição da rubrica de *outros gastos* era da seguinte forma:

RUBRICAS	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	6 752,66	8 217,89
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,20	0,01
Insuficiência de estimativa para impostos	485,52	554,37
Outros	395,35	2 244,08
Total	7 633,73	11 016,35

24. Juros e rendimentos similares obtidos

A 31 de dezembro de 2025, esta rubrica continha as seguintes quantias:

RUBRICAS	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Juros obtidos	50,83	-
Total	50,83	-

25. Juros e rendimentos similares suportados

No decorrer de 2025, a Empresa, liquidou prestações do empréstimo que vigora junto da CGD, pelo que, a liquidação dos juros inerentes a essa prestação, são conforme segue no quadro abaixo.

RUBRICAS	Periodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Juros suportados	313,95	671,41
Total	313,95	671,41

26. Acontecimentos após a data do balanço

26.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 16 de março de 2026. No entanto o Município de Vinhais poderá em Reunião de Câmara não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

26.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que não há necessidade de proceder a qualquer ajustamento.

27. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

A Empresa não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no art.º 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2025, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

28. Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2020, de 2 de junho

28.1 Honorários do Revisor Oficial de Contas



Os Revisores Oficiais de Contas ao longo de 2025 faturaram 2.880,00€ + IVA a 23% referente a serviços de auditoria.

29. Termo de responsabilidade

A Administração e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2025, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

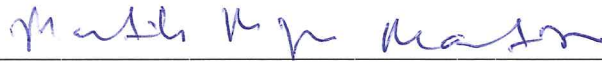
- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Empresa, no âmbito do SNC/NCRF, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

delve
25
Q
A
Autuário

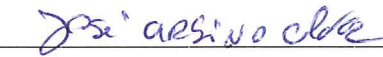


Autenticado

Vinhais, 16 de março de 2026

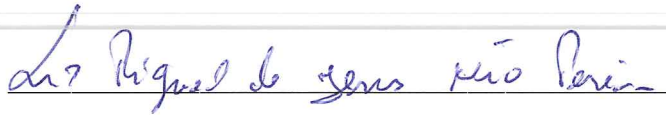
Os Representante(s) / Membro(s) do Órgão de Gestão:



(Martinho Magno Martins - Presidente do Conselho de Administração)



(José Urbino Alves - Vogal)



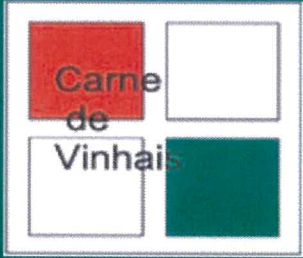
(Luís Miguel de Jesus Neto Pereira - Vogal)

O Contabilista Certificado:



(Nuno Gomes – CC 10791)

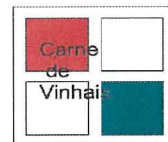
Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.



***Relatório de Gestão
2025***

Handwritten signatures and scribbles
defeitos

Handwritten signature

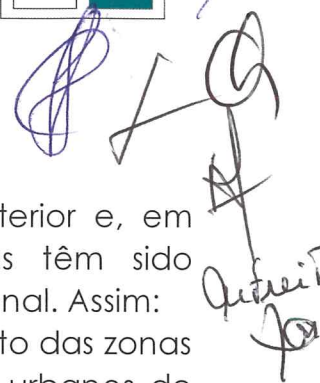
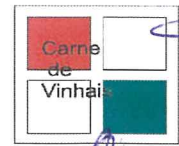


ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1) Envolvente económica
 - 2) Evolução de negócios
 - 3) Sustentabilidade
 - 4) Análise económica e financeira
 - a. Principais indicadores dos anos
 - 5) Perspetivas para 2026
 - 6) Proposta de aplicação de resultados
-

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1) Envolvente económica

Os pequenos centros urbanos dos territórios mais do interior e, em particular, as sedes de concelhos e cidades médias têm sido fundamentais para a estruturação do sistema urbano regional. Assim:

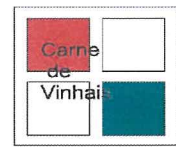
- Dificilmente é possível equacionar o desenvolvimento das zonas rurais sem ser no âmbito de uma rede de centros urbanos de pequena e média dimensão;
- São fundamentais como centros de prestação de serviços às empresas e cidadãos;
- Sem eles, não é possível gerar círculos virtuosos de desenvolvimento local, isto é, círculos sustentáveis de consumo, rendimento, poupança e investimento;
- Agora o círculo que nos trouxe até aqui é irrepetível. Muito dependeu de um ciclo de investimento público, do alargamento das competências dos Municípios, da descentralização de funções da Administração Central (sobretudo nas áreas da educação e da saúde) e de políticas redistributivas;
- Enfim, o sistema urbano dos territórios do interior desenvolveu-se sem grande ligação com a sua envolvente agrícola e rural e das atividades produtivas que aí se pudessem instalar.

As tradicionais competências dos municípios em matéria de investimento público estão relacionados com a oferta de bens públicos locais. A escala ótima dessa oferta é municipal e os municípios, em muitas circunstâncias, não dependem de outros parceiros para as executarem;

- Quando se passa para o exercício de competências na área da promoção da competitividade da economia local, em muitas circunstâncias, a escala ótima deixa de ser municipal. É necessário encontrar escalas territoriais mais amplas de intervenção, envolvendo múltiplas parcerias (parcerias público-público e público-privadas);
- Os territórios pertinentes são aqueles que asseguram níveis adequados de autogoverno. Não existem políticas territoriais sem boas instituições que as suportem e assegurem a sua governação;

Handwritten signatures and the word "Definitas" in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



- Necessidade de consolidar um modelo de governação e sub-regional (NUTS III) que assegure níveis adequados de monitorização e de "accountability", a partir das Entidades Intermunicipais e das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial;

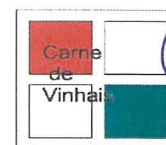
- As boas instituições são fundamentais para a consolidação do capital social indispensável para a promoção da ação coletiva territorial. As políticas públicas dificilmente geram capital social do tipo "novo". O que podem, e devem, fazer é melhorar o existente, quer se trate de confiança, normas ou redes sociais.

In: Norte2020 Estratégia de Competitividade do Território

O reposicionamento geo-estratégico da Terra Fria que a política comum e a reestruturação viária operaram, está à vista, até na sua envolvente mais próxima com a concatenação de todas as vias transfronteiriças, alargando-se já a dezanove as antigas cinco fronteiras oficialmente institucionalizadas.

Integrando o Maciço Hespérico, formação antiga profundamente metamorfizada e entrosada por rochas plutónicas, a Terra Fria apresenta dois fácies genericamente ajustados às regiões que a nascente e a poente se desenvolvem a partir do alinhamento orográfico das serras da Nogueira e Montezinho - a primeira, vasta e planáltica, estendida até ao Douro e abrangendo em grande parte a bacia hidrográfica do Sabor, seu afluente e a segunda, com relevo acentuado, percorrida pelas correntes do Tuela e do Rabaçal, que se precipitam no Tua e este no Douro. As serras de Sanabria e da Culebra, na sua envolvente galaico-leonesa, alimentam estes cursos e garantem a fecundidade dos lameiros dos vales profundos em contraste extremo com a aridez das encostas e a secura do planalto.

Região marcada por prados permanentes (lameiros), grandes extensões de carvalho negral, magníficos sotos de castanheiros e searas de trigo e centeio, está ainda desesperadamente presa a uma agricultura atávica e de subsistência, que o rigoroso clima de verões quentes e secos e invernos frios e chuvosos, escarmenta e desengana.



Os rudes condicionamentos da Natureza criaram aqui uma das maiores e melhores reservas ecológicas do país, justificando a delimitação dos Parque Naturais de Montesinho e do Douro Internacional e de zonas protegidas de particular interesse florístico e faunístico.

A presença imemorial do homem modelou a Natureza e introduziu algum exotismo que a valorizou, mas sempre numa sábia convivência transmitida de geração em geração, que caldeou o espírito do transmontano e inspirou os seus costumes e as suas tradições.

Numa perspetiva mais alargada, o enquadramento geográfico no país e na Europa tem colocado a sub-região numa situação periférica, partilhada por uma fronteira internacional quase cega e, como se viu, por uma rede deficiente de acessibilidades e comunicações com o remanescente do território nacional e em particular com os centros de decisão enquistados em Lisboa e no Porto.

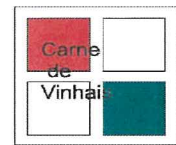
Contudo, no processo de construção da União Europeia e perante o grande objetivo do reforço da sua coesão económica e social, os espaços transfronteiriços, se adequadamente incentivados, poderão ser geradores de novas centralidades, sobretudo pela inerente possibilidade de alargamento do mercado potencial, proporcionando a escala que falta ao mercado interno.

Mas, apesar destes benefícios, a Terra Fria, onde residem cerca de sessenta e quatro mil habitantes, continua a sofrer o mal endémico do envelhecimento e esvaziamento demográfico, que se traduz já na perda de, aproximadamente, 20% da sua população nos últimos trinta anos, contribuindo, assim, para que a região tenha um dos mais baixos índices de desenvolvimento do país (58% da média nacional), reconhecendo-se absolutamente carente de bens, serviços e investimentos externos, que no seu território não tem sido possível implementar.

2) Evolução de negócios

A Carne de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carne, EM. SA, como empresa municipal, tem-se destacado na Região de Trás Os Montes, como referência de qualidade, no abate e na transformação de carnes, há mais de 25 anos.

Handwritten signatures and the word "Definito" in cursive.



A capacidade instalada, a estabilidade da equipa de recursos humanos e o efetivo volume de negócios, apresentam uma “estabilidade suspensiva”, bastante reduzida, podendo com pequenos reajustes, potenciar um volume de negócios mais “confortável” e mais dinâmico, consubstanciado numa política mais proativa de serviços a prestar à comunidade.

3) Sustentabilidade

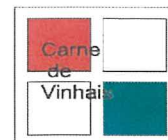
A empresa tem desenvolvido a sua função económica e social no âmbito da sua natureza jurídica e do seu objeto social.

O principal e único acionista, o Município de Vinhais, respeitando os normativos legais, assegura a estabilidade da operação, pelo suporte dos reforços de tesouraria ou de investimento necessário.

Tendo como base a operacionalidade de uma unidade de abate de carne, garantindo qualidade sanitária na fileira da carne, desde o abate ao consumidor final e nas áreas intermédias de comercialização,

Para além da segurança alimentar, pela garantia da qualidade sanitária no abate e até ao consumidor, tem um outro efeito real e económico, pela proximidade aos produtores de gado em todas as suas raças e a redução do custo de transporte de e para outros matadouros, distantes. Assegura, ainda, a qualidade de 3 raças DOP, a Carne bovina Mirandesa, a raça de ovinos Churra Galega Bragançana e o Suíno Bísaro, qualquer delas importante e determinante para a economia local.

No entanto, sem embargo o esforço que tem vindo a ser desenvolvido, a população pecuária tem vindo a diminuir, o que se traduz numa diminuição do número de abates, a que se associa o facto de a venda das peles/couros ter sofrido uma desvalorização extraordinária, que retirou uma componente importante do rendimento da empresa.



4) Análise económica e financeira

Principais indicadores

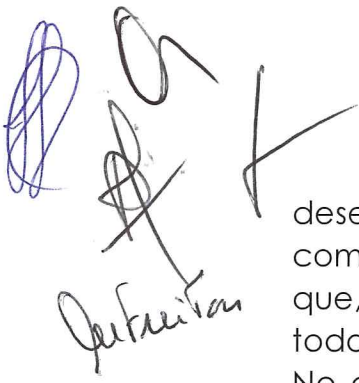
RENDIMENTOS E GASTOS	2025	2024	2023
Vendas e serviços prestados	114 445,16	132 576,17	164 571,71
Subsídios à exploração	108 000,00	108 000,00	108 000,00
Fornecimentos e serviços externos	-99 099,70	-78 234,23	-87 739,95
Gastos com o pessoal	-189 442,60	-174 658,55	-143 851,70
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	0,27	0,02	16,83
Outros gastos	-7 633,73	-11 017,35	-11 398,91
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-73 730,60	-23 333,94	29 597,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-10 439,74	-11 586,54	-12 218,26
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-84 170,34	-34 920,48	17 379,72
Juros e rendimentos similares obtidos	50,83	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-313,95	-671,41	-695,37
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-84 433,46	-35 591,89	16 684,35
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	-521,39
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-84 433,46	-35 591,89	16 162,96

Descrição	31-DEZ-2025	31-DEZ-2024	31-DEZ-2023
CAPITAL			
Capital Realizado	50 000,00	50 000,00	50 000,00
Resultados transitados	21 303,95	20 303,95	1 557,88
	71 303,95	70 303,95	51 557,88
Resultado Líquido do Período	(84 433)	(35 592)	16 163
Total do Capital Próprio	(13 129,51)	34 712,06	67 720,84

	2025	2024	2023
Gastos com o Pessoal	189 442,60	174 658,55	143 851,70
N.º Pessoas	10	10	9
Gastos médios por pessoa	18 944,26	17 465,86	15 983,52

5) Perspetivas para 2026

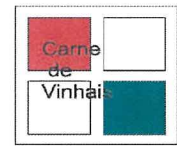
Para 2026, perspectiva-se um ano muito difícil devido ao facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras e, em particular, o mais recente ataque ao Irão, o qual



Handwritten signature and scribbles in blue ink.



Handwritten signature in blue ink.



desencadeou uma subida exponencial dos preços do petróleo e do gás com repercussões imediatas em todas as cadeias de abastecimento, o que, naturalmente, vai ter uma influência determinante na evolução de todos os negócios.

No quadro dos fatores anteriormente enunciados, temos que realçar que o Matadouro consome muito gás, eletricidade e gasóleo, que à data da elaboração do presente relatório estão a ter aumentos brutais o que vai fazer com que os custos operacionais e de distribuição aumentem. Face ao período conturbado que se está a atravessar será necessário captar e fidelizar mais clientes, de outras geografias por forma a garantir a sustentabilidade da empresa e manter a sua continuidade. Só desta forma será possível exercer o seu papel agente socioeconómico no concelho de Vinhais e na região.

6) Proposta de aplicação de resultados

A empresa apresenta resultados líquidos negativos no valor de €84.433,46(oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta e três e quarenta e seis cêntimos), pelo que a proposta da Administração para a aplicação dos resultados, é a sua integração total na conta de Resultados transitados.

Nota Final

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Empresa.

Às Entidades Bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, tornando-se parceiros inseparáveis da nossa jornada, o nosso reconhecimento.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da empresa, com o seu profissionalismo e dedicação, a Administração expressa o seu agradecimento.



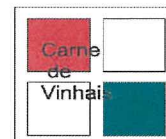
Carne	
de	
Vinhai	

Handwritten signatures and the word "Auditeiros" with a signature below it.



II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Individual a 31 de dezembro de 2025



Unidade monetária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS	Notas	Período	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	53 189,72	53 187,62
Outros investimentos financeiros	8	1 766,30	1 766,30
		54 956,02	54 953,92
Ativo corrente			
Cientes	9	44 137,24	53 885,05
Estado e outros entes públicos	10	1 382,46	1 193,86
Diferimentos	11	2 292,92	968,03
Ativos financeiros devidos para negociação	17	1 000,00	-
Outros ativos correntes		-	68,56
Caixa e depósitos bancários	4.2	40 811,41	50 324,84
		89 624,03	106 440,34
Total do ativo		144 580,05	161 394,26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	12.1	50 000,00	50 000,00
Resultados transitados	12.2	21 303,95	20 303,95
Resultado líquido do período		-84 433,46	-35 591,89
Total do capital próprio		-13 129,51	34 712,06
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	-	9 259,32
Outras dívidas a pagar	15	33 970,05	31 188,52
		33 970,05	40 447,84
Passivo corrente			
Fornecedores	16	114 401,56	78 371,54
Estado e outros entes públicos	10	5 634,23	7 862,82
Financiamentos obtidos	14	3 703,72	-
		123 739,51	86 234,36
Total do passivo		157 709,56	126 682,20
Total do capital próprio e do passivo		144 580,05	161 394,26

Conselho de Administração / Gerência

Contabilista Certificado

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza do período findo a 31 de dezembro de 2025



Handwritten signature and scribbles in blue ink.

Unidade monetária: Centímo de Euro

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	18	114 445,16	132 573,17
Subsídios à exploração	19	108 000,00	108 000,00
Fornecimentos e serviços externos	20	-99 099,70	-78 234,23
Gastos com pessoal	21	-189 442,60	-174 658,55
Outros rendimentos	22	0,27	0,02
Outros gastos	23	-7 633,73	-11 017,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-73 730,60	-23 336,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.2	-10 439,74	-11 586,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-84 170,34	-34 923,48
Juros e rendimentos similares obtidos	24	50,83	-
Juros e gastos similares suportados	25	-313,95	-671,41
Resultado antes de impostos		-84 433,46	-35 594,89
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		-84 433,46	-35 594,89

Conselho de Administração / Gerência

Contabilista Certificado

Vinhais, 13 de abril de 2026

Martim Nogueira Monteiro

Luís Miguel do Carmo Nuno Pereira

Jose Carlos Alberto



Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A.
Relatório e Parecer do Fiscal Único
EXERCÍCIO de 2025

Ex.^{mos} Senhores Acionistas

Introdução

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E. M., S.A.** relativamente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Trabalhos Efetuados

2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre as Conclusões e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e aos acionistas, nos termos dos deveres de acompanhamento e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Âmbito

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, o Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.
 - iv) Conforme dispõe o artigo 54.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro foi elaborado o “relatório de boas práticas de governo societário”.

Parecer

5. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal de Contas, somos de parecer que a Assembleia:
- Delibere sobre a aprovação do Relatório de Gestão, Balanço, da Demonstração dos Resultados, do Anexo, da Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e da Demonstração de Fluxos de Caixa, relativos ao exercício de 2025 apresentados pelo Conselho de Administração;
 - Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;
 - Se pronuncie sobre o relatório de governo societário apresentado pelo Conselho de Administração;
 - Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

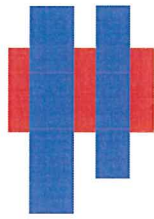
O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 14 de abril de 2026

O FISCAL ÚNICO



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047, registado na CMVM com o n.º 2016-0660 em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & Associado, Lda registada na CMVM com o n.º 2016-1419



Fernando Peixinho & Associado - SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de dezembro de 2025

Carnes de Vinhais, E.M., S.A.

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mos} Acionistas

Ex.^{mo} Conselho de Administração da Carnes de Vinhais, EM, S.A.

Introdução

O presente relatório, inerente à emissão da certificação legal das contas, é emitido tendo por base os deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e, ainda, dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 79/2023, de 20 de dezembro.

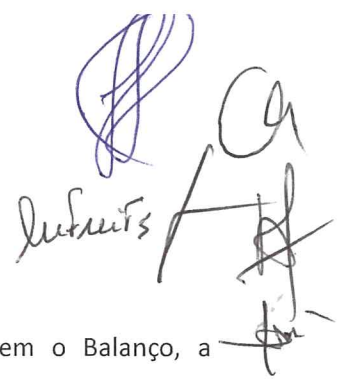
Âmbito

Procedemos à revisão legal dessa empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas que aqui damos como integralmente reproduzida.

Trabalhos Realizados

Durante o período em que desempenhámos funções e em especial na fase em que decorreram as operações de determinação dos resultados e encerramento das contas, efetuámos um conjunto de procedimentos, dos quais destacamos:

- Acompanhamento dos aspetos essenciais da gestão da entidade, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com a responsável administrativa e financeira quer com o contabilista certificado e, em algumas situações, com a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.



- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o Anexo, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno existente na entidade, com especial incidência nas áreas de receção, contas a pagar, prestação de serviços, expedição e contas a receber, tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela entidade;
 - b) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores e seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela entidade, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - c) Inspeção documental dos principais elementos do Ativo Fixo Tangível, confirmação direta da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações
 - d) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;
 - g) Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;
- Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.



Informações Adicionais

Em consequência do trabalho efectuado, e para além das considerações feitas na Certificação Legal de Contas, entendemos dever relatar o seguinte:

Sistema de controlo interno

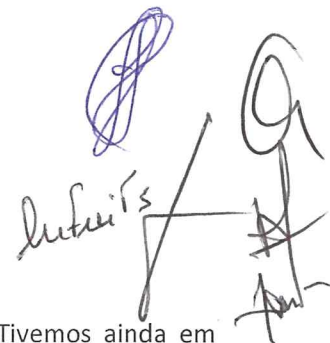
Do levantamento a que procedemos relativamente ao sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) A organização interna do Matadouro revela algumas deficiências em relação a procedimentos básicos de controlo que passamos a enumerar:
 - Não há evidência de existir um controlo de gastos ao nível da unidade de abate, que permita verificar qual o racional subjacente aos gastos incorridos e ao défice de exploração;
 - Não há evidência de existir controlo orçamental e responsabilização pelo cumprimento das metas estabelecidas, mormente o cumprimento das condições de equilíbrio financeiro, subjacentes à celebração do contrato programa.
- b) Ao nível interno deverão ser registados diariamente, em mapa auxiliar, todos os gastos incorridos e todos os rendimentos gerados pelo abate e venda dos couros (peles) e outros serviços prestados;
- c) Mensalmente deverá ser feita uma pesquisa dos preços praticados pelos concorrentes mais diretos para aferir sobre a competitividade da empresa;
- d) Deverá o Conselho de Administração reunir ordinariamente uma vez por mês e dar reporte ao Município sobre a evolução da exploração e, trimestralmente, apresentar uma demonstração de resultados sujeita a verificação e parecer pelo revisor oficial de contas.

Definição do Índice de Materialidade

A materialidade constitui um elemento estratégico fundamental para o trabalho de auditoria, uma vez que define os erros e omissões toleráveis e que, no juízo profissional do auditor, não afetam com impacto relevante as demonstrações financeiras. Com efeito, o risco de auditoria é o risco de o auditor dar uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras, o qual se consubstancia na não deteção de erros, omissões ou fraudes de impacto material relevante.

O nosso trabalho foi planeado de acordo com as ISA's 320 e 450, com base na avaliação de um risco global de controlo baixo/médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco



de controlo global, ou seja, há áreas com menor risco de controlo do que outras. Tivemos ainda em consideração o conhecimento que possuímos da entidade adquirido em anos anteriores e com especial ênfase para os impactos decorrentes da guerra entre a Rússia e Ucrânia, designadamente quanto ao aumento dos preços dos fatores energéticos e dos fatores de produção, o que se tem vindo a traduzir no aumento da inflação e das taxas de juro.

Para efeitos de planeamento do trabalho de auditoria, por exemplo, em relação aos empréstimos obtidos e aos depósitos em bancos, considerámos a totalidade dos empréstimos e das contas de depósitos à ordem, pelo que, a eventual ocorrência de erros e/ou omissões, tem uma materialidade de zero, na medida em que foram verificadas todas as operações.

Assim, tendo por base os valores retirados das demonstrações financeiras de 2024, ajustámos a **materialidade global em € 2.652 e a materialidade de execução em € 2.253**. No entanto, em relação aos Depósitos à Ordem, Financiamentos Bancários, Ativos Fixos Tangíveis e Investimentos em Curso efetuámos verificações integrais, que nos permitiram detetar erros e omissões até próximo de uma materialidade de zero. A materialidade é o valor limite para os erros e omissões toleráveis que isoladamente, ou no seu conjunto, possam ter um impacto material relevante nas demonstrações financeiras.

Cumprimento de aspetos legais

Chamamos a atenção para o facto de a sociedade ter apurado resultados líquidos negativos nos exercícios de 2024 a 2025, o que, nos termos previstos no artigo 62.º da Lei 50/2012, caso o mesmo aconteça em 2026 terá de ser tomada uma decisão de acordo com o previsto nesse diploma.

O Município terá de proceder à cobertura do prejuízo apurado, transferindo para a sociedade o valor correspondente, de modo a cumprir o estipulado no art.º 40.º da Lei 50/2012 e a garantir que a sociedade deixa de estar no âmbito do art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais (perda de metade do capital).

Evolução da Situação Patrimonial e da Posição Financeira

Quadro – Evolução das rubricas do Balanço dez-2025/dez-2024

Descrição	31-DEZ-2025	31-DEZ-2024	Variação	Variação (%)
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	53 189,72	53 187,62	2,10	0,0%
Outros investimentos financeiros	1 766,30	1 766,30		
	54 956,02	54 953,92	2,10	0,0%
ATIVO CORRENTE				
Clientes	44 137,24	53 885,05	(9 747,81)	(18,1%)
Estado e Outros Entes Públicos	1 382,46	1 193,86	188,60	15,8%
Outros créditos a receber		68,56	(68,56)	(100,0%)
Diferimentos	2 292,92	968,03	1 324,89	136,9%
Ativos financeiros detidos para negociação	1 000,00		1 000,00	
Caixa e depósitos bancários	40 811,41	50 324,84	(9 513,43)	(18,9%)
	89 624,03	106 440,34	(16 816,31)	(15,8%)
TOTAL DO ATIVO	144 580,05	161 394,26	(16 814,21)	(10,4%)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL				
Capital Realizado	50 000,00	50 000,00		
Resultados transitados	21 303,95	20 303,95	1 000,00	4,9%
Outras variações no capital próprio	71 303,95	70 303,95	1 000,00	1,4%
Resultado Líquido do Período	(84 433)	(35 592)	-48 841,57	137,2%
Interesses minoritários				
Total do Capital Próprio	(13 129,51)	34 712,06	(47 841,57)	(137,8%)
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Financiamentos obtidos		9 259	(9 259,32)	(100,0%)
Outras dívidas a pagar	33 970	31 189	2 781,53	8,9%
	33 970	40 448	(6 477,79)	(16,0%)
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	114 401,56	78 371,54	36 030,02	0,46
Estado e outros entes públicos	5 634,23	7 862,82	(2 228,59)	(0,28)
Financiamentos obtidos	3 703,72		3 703,72	
	123 739,51	86 234,36	37 505,15	43,5%
Total do Passivo	157 709,56	126 682,20	31 027,36	24,5%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	144 580,05	161 394,26	(16 814,21)	(10,4%)



1 – Meios Financeiros Líquidos

11 – Caixa

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo apresentado pela contabilidade era de € 4.115,81 não tendo sido por nós verificado por inexistência de evidência substantiva. Todavia, a equipa de auditoria através de procedimentos de análise documental, assumindo um nível de confiança de 95% e uma probabilidade estimada de erro de 10% não detetou erros ou omissões de distorção material relevante, dando como verificadas as asserções mensuração, existência e plenitude.

12 – Depósitos à Ordem

O saldo global desta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, ascende a € 36.695,60. Procedemos ao teste às reconciliações bancárias preparadas pela empresa, com referência a 31 de dezembro de 2025 e concluímos pela conformidade dos registos e pela adequabilidade dos saldos.

A equipa de auditoria também realizou procedimentos de análise documental assumindo um nível de confiança de 95% e uma probabilidade estimada de erro de 10% não tendo detetado erros ou omissões.

Cumprimos a ISA 500 para a obtenção da prova e dos procedimentos realizados estamos convictos que eliminámos significativamente qualquer risco de distorção material. Concluímos que em relação aos depósitos à ordem em instituições financeiras os saldos relevados apresentam apropriadamente a posição financeira da entidade e que estão efetuadas todas as divulgações para uma clara compreensão das políticas contabilísticas, incluindo as bases mensuração e o reconhecimento desses passivos e das eventuais responsabilidades contingentes.

2 – Contas a Receber e a Pagar

21 – Clientes

Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2025 um saldo de € 44.137,24.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de clientes seleccionámos 16 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos perfazendo 74% do saldo apresentado no balanço a 31 de dezembro de 2025. Nessa conformidade, foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos da empresa e foi pedido a cada um desses clientes que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua

7

27

contabilidade. Das 15 entidades selecionadas não obtivemos nenhuma resposta. Pese embora, a equipa de auditoria tenha efetuado a testes alternativos de auditoria, nomeadamente análise de contas correntes, não foi possível obter a evidência considerada necessária relativamente a saldos no valor de € 32.620,04.

O cliente “211110001 – Cliente Indiferenciado” apresenta um saldo devedor no valor de € 44.137,24 que representa a totalidade da rubrica. O desdobramento do referido saldo encontra-se no programa de gestão comercial. Tal procedimento carece de uma integração do programa da gestão comercial na contabilidade, para se poderem identificar situações suscetíveis de cobrança mais ou menos duvidosa.

22 – Fornecedores

Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2025 um saldo de € 114.401,56.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores geramos uma amostra aleatória de 17 elementos para o resto da população, cujo saldo global ascende a € 113.645,78 correspondendo a 99% do saldo expresso no balanço a 31 de dezembro de 2025. Nessa conformidade foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada um desses fornecedores que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Das 17 entidades circularizadas foram obtidas 4 respostas sendo que ambas conferem.

Para as entidades de que não obtivemos resposta desenvolvemos os procedimentos alternativos que achámos adequados às circunstâncias, nomeadamente a análise das contas correntes do exercício de 2025 e início de 2026, com o objetivo de obter a evidência necessária para a formação da nossa opinião, no quadro do planeamento e da estratégia de auditoria que definimos (ISA's, 300, 315, 320 e 330).

23 e 63 – Gastos com o Pessoal

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os gastos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de um mês de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade dos saldos relevados pela contabilidade, quer em relação à conta 23 – Pessoal, quer em relação à conta 63 – Gastos c/ pessoal.



24 – Estado

Em relação às rubricas referentes à conta “24 – Estado e Outros Entes Públicos” procedemos à verificação do valor registado na contabilidade com o valor das guias que serviram de pagamento dos diferentes tributos, bem como dos documentos de processamento que originaram as diferentes liquidações e retenção de impostos.

25 – Financiamentos Obtidos

Em relação aos financiamentos obtidos, cujo saldo a 31 de dezembro de 2025 ascende a € 3.703,72, verificámos, através de procedimentos alternativos de auditoria, em particular com recurso ao Mapa de Responsabilidades de Crédito do BdP tendo obtido a evidência considerada necessária, ao nível das asserções da plenitude, existência e mensuração do saldo expresso no balanço.

Cumprimos a ISA 500 para a obtenção da prova e dos procedimentos realizados estamos convictos que eliminámos significativamente qualquer risco de distorção material. Concluimos que em relação aos financiamentos em instituições financeiras os saldos relevados apresentam apropriadamente a posição financeira da entidade e que estão efetuadas todas as divulgações para uma clara compreensão das políticas contabilísticas, incluindo as bases mensuração e o reconhecimento desses passivos e das eventuais responsabilidades contingentes.

27.11 – Fornecedores de Investimento

Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2025 um saldo credor de € 8.610,00 referente a uma fatura de 2016, valor que se encontra por pagar e que já originou o desreconhecimento do Ativo Intangível.

27.22 – Credores por Acréscimos de Gastos

Esta rubrica apresenta, a 31 de dezembro de 2025, um saldo credor de € 25.378,18 referente essencialmente ao acréscimo das férias, subsídio de férias e respetivos encargos. Verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios (gastos e rendimentos), nomeadamente as suas estimativas e respetiva consistência. Dos testes realizados pela equipa de auditoria às contas de acréscimos e diferimentos não foram detetados erros ou omissões que ponham em causa o princípio da especialização e, concomitantemente, foi-nos possível obter a evidência necessária ao nível das asserções mensuração e existência.

Diferenças

28 – Diferimentos

Relativamente à rubrica “281 – Gastos a reconhecer”, verificámos que o saldo apresentado, no valor global de € 2.292,92, é referente à especialização dos seguros. Dos testes substantivos de detalhe nomeadamente verificação documental damos como verificadas as asserções mensuração e existência.

4 – Investimentos

41 – Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2025 esta rubrica apresenta um saldo de € 1.766,30 respeitante ao Fundo de Compensações do Trabalho (trabalhadores admitidos a partir de 1 de outubro de 2013 de acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto) e a 200 títulos de capital detidos na CCAM do Alto Douro, de valor nominal € 5,00 cada.

43 – Ativos Fixos Tangíveis

Relativamente ao ativo fixo tangível verificámos as aquisições, através do documento de suporte. Dos documentos analisados não foram detetadas distorções a assinalar, ou seja, damos como verificadas as asserções mensuração, existência e plenitude. Esta rubrica a 31 de dezembro de 2025 apresenta um saldo de € 53.189,72.

5 – Capital, Reservas e Resultados Transitados

Relativamente às diferentes rubricas desta classe verificámos que as variações ocorridas resultam da afetação do resultado líquido do exercício de 2024 no montante de € 35.591,89.

6 / 7 – Evolução de Gastos e Rendimentos

Rubricas de rendimentos em que houve maior variação:

- “Vendas e serviços prestados”: registaram um decréscimo de € 18.131,01, o equivalente a 14%;

Rubricas de gastos em que houve maior variação:

- “Fornecimentos e serviços externos”: aumentaram € 20.865,47 face ao período anterior;
- “Gastos com o Pessoal”: aumentaram de € 14.784,05 em relação a 2024.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A estrutura global de exploração encontra-se no quadro que a seguir se apresenta:

RENDIMENTOS E GASTOS	2025	2024	Variação (€)	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	114 445,16	132 576,17	-18 131,01	-14%
Subsídios à exploração	108 000,00	108 000,00	0,00	0%
Fornecimentos e serviços externos	-99 099,70	-78 234,23	20 865,47	27%
Gastos com o pessoal	-189 442,60	-174 658,55	14 784,05	8%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Outros rendimentos	0,27	0,02	0,25	1250%
Outros gastos	-7 633,73	-11 017,35	-3 383,62	-31%
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-73 730,60	-23 333,94	-50 396,66	216%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-10 439,74	-11 586,54	-1 146,80	-10%
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-84 170,34	-34 920,48	-49 249,86	141%
Juros e rendimentos similares obtidos	50,83	0,00	50,83	#DIV/0!
Juros e gastos similares suportados	-313,95	-671,41	-357,46	-53%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-84 433,46	-35 591,89	-48 841,57	137%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	-508,22	#DIV/0!
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-84 433,46	-35 591,89	-48 841,57	137%

Em síntese, é de sublinhar a variação ocorrida ao nível do EBITDA com um decréscimo de € 50.396,66, acompanhado pela diminuição do “resultado líquido” em € 48.841,57.

Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura. Todavia, a situação internacional que hoje se vive, com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e, recentemente pela guerra do Irão, a par das alterações na geopolítica mundial e na guerra comercial com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo, constituem fatores de instabilidade e incerteza, cuja dimensão e implicações são difíceis de prever nas economias dos países, das empresas e das famílias.

Conclusões

No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade “Carnes de Vinhais, EM, S.A.”, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 14 de abril de 2026



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047, registado na CMVM com o n.º 2016-0660 em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & Associado, Lda registada na CMVM com o n.º 2016-1419

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 que evidencia um total de **144.580 euros** e um total de capital próprio negativos de **13.130 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **84.433 euros**, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Carnes De Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com “Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística”.

Bases para a opinião com Reservas

Apesar de termos feito o teste de confirmação externa de saldos com uma extensão significativa, a não obtenção de respostas por parte das empresas solicitadas e, também, os procedimentos alternativos de auditoria que usamos não nos terem permitido obter a evidência considerada necessária impede-nos de formar opinião sobre saldos de clientes no valor de € 32.620,04.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfase

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras e, mais recentemente pela guerra contra o Irão, que fez de imediato disparar os preços dos fatores energéticos, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo, está a ter impactos depressivos no comércio internacional, a que acrescem níveis de incerteza e instabilidade quanto à evolução dos preços, à disponibilidade dos bens e ao crescimento das taxas de juro, o que, naturalmente, impacta na evolução e no crescimento da economia mundial.

Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras da entidade para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras


O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com “Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística”;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas

Autenticado


materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Bragança, 14 de abril de 2026



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047, registado na CMVM com o n.º 2016-0660 em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & Associado, Lda registada na CMVM com o n.º 2016-1419